

Líder do governo. acha que Congresso prejudicou País

por Sylvio Costa
de Brasília



Luís Roberto Ponte

“Foi uma semana de decisões ruins não para o governo, mas para o Brasil.” Com essas palavras, o líder do governo na Câmara Federal, Luiz Roberto Ponte (PMDB-RS), criticou as atitudes tomadas por seus colegas parlamentares na semana passada. No seu entender, os benefícios decorrentes da rejeição dos vetos aos projetos de lei do salário mínimo e de política salarial e a aprovação do substitutivo à Medida Provisória nº 63 (que tratava da legislação de custeio da Previdência) são aparentes.

Na sua opinião, a proximidade das eleições presidenciais fez os deputados federais e senadores jogarem para a plateia. “Ao contrário do que andam falando, não se trata de uma posição de enfrentamento do Executivo. A grande causa de tudo isso é a sucessão. Todo mundo está querendo aparecer”, desabafou. O seu raciocínio é de

que foi esta a motivação básica, por exemplo, para se aumentar o salário mínimo de junho de NCz\$ 81,40 para NCz\$ 120,00, instituindo-se uma regra para lhe conferir um ganho real mensal progressivo de 3% e vinculando o seu valor aos benefícios previdenciários.

RESPONSABILIDADE DA VOTAÇÃO

Curiosamente, coube ao partido ao qual é filiado a

grande responsabilidade pelo resultado da votação das três matérias. Também chamou a atenção a postura assumida, ao longo do chamado “esforço concentrado” do Congresso, pelos parlamentares do PDT, sobretudo o deputado carioca César Maia. Na votação do substitutivo do deputado Raimundo Bezerra (PMDB-CE) à Medida Provisória nº 63, ele se mostrou extremamente preocupado com decisões que os gastos da Previdência — como a vinculação do mínimo aos benefícios — sem apresentar receitas alternativas.

ALÍQUOTA DO FINSOCIAL

Voto vencido numa tentativa de aumentar para 2% a alíquota do Finsocial, mantida afinal em 1% (o dobro, de todo modo, que o 0,5% atual), César Maia protestou: “Estamos garantindo um valor maior para os benefícios, rejeitando a majoração das alíquotas do seguro empregado pretendida pelo governo, mas, para isso, é

fundamental que apresentemos a receita. Senão, quem vai pagar isso mais uma vez será a sociedade, porque o Executivo terá de emitir moeda, acelerando assim a inflação”.

Enquanto o PFL era o único partido a se manter solidário às posições do governo, o presidencial Ulysses Guimarães não perdeu a chance, na noite de quarta-feira, de acenar para os aposentados que ocupavam a galeria. O que teria acontecido? O PDT já se sentiria no poder, ao mesmo tempo em que os pemedebistas se conservariam a partir daqui na oposição? O líder do PMDB na Câmara, Ibsen Pinheiro, assegura que não se trata disso. “A verdade é que fomos desafiados pelo Executivo, no caso dos vetos aos projetos do salário mínimo e da política salarial, e precisávamos dar uma resposta. Quanto à Previdência, poderemos fazer as correções necessárias quando da apreciação do Plano de Custeio”, disse ele.